

PORTARIA Nº 206 , DE 29 DE MARÇO DE 2022
O SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no desempenho das atribuições que lhe são conferidas, e considerando as disposições do § 3º do art. 165 da Constituição Federal; as disposições do § 6º do art. 204 da Constituição Estadual; as disposições estabelecidas nos artigos 2º, 52 e 53 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; da Resolução nº 17.659, de 10 de março de 2009, do Tribunal de Contas do Estado do Pará; e da Portaria STN nº 924, de 08 de julho de 2021 que aprova a 12ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF).
RESOLVE:
Art. 1º. Divulgar a Execução Orçamentária do Governo do Estado do Pará, realizada e registrada no SIAFEM pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, relativa ao 1º bimestre de 2022 (janeiro/fevereiro), período de referência janeiro a fevereiro.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
RENÉ DE OLIVEIRA E SOUSA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Os demonstrativos, anexos 1 a 4, 6 a 8, 12 e 14, apresentados nesta publicação, foram aprovados pela Portaria nº 924 , de 8 de julho de 2021, da STN. Os outros demonstrativos da execução orçamentária, tabelas 1 a 4 são divulgados conforme disposto nos Decretos Legislativos Estadual nº 02 e 112, de 20 de março de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente e Decreto Estadual nº 658, de 01 de abril de 2020, e também o compromisso do Governo do Estado em dar transparência das contas públicas aos órgãos de controle e a sociedade.
2. O Balanço Orçamentário e as Demonstrações da Execução Orçamentária referem-se, exclusivamente, aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da Administração Pública Estadual.
3. Consideram-se Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social o conjunto de dotações estabelecidas para as unidades orçamentárias, de acordo com a Lei Orçamentária Anual nº 9.496, de 11 de janeiro de 2022, acrescida dos créditos adicionais abertos e/ou reabertos até o mês de dezembro de 2022. Esta composição está assim estruturada:
- I. Órgãos da Administração Direta, compreendendo inclusive os valores relativos às despesas de transferências intragovernamentais para entidades não contempladas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;
- II. Fundos Especiais;
- III. Entidades da Administração Indireta, tais como:
- a. Fundações;
- b. Autarquias;
- c. Empresas Públicas dependentes; e
- d. Sociedades de Economia Mista dependentes.
4. Considera-se como execução orçamentária da receita, a ocorrência do estágio da arrecadação, sendo utilizado o regime de caixa.
5. Considera-se, durante o exercício, somente as despesas liquidadas como executadas, ou seja, até a ocorrência do estágio da liquidação, efetivado ou não o seu respectivo pagamento. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Portanto, ao final do exercício, passam a ser consideradas as despesas empenhadas.
6. Nos Anexos 1, 2 e 7 são destacadas as operações intraorçamentárias, às quais se referem o manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 9ª edição, Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 117, de 28 de outubro de 2021. No Anexo 3, as operações intraorçamentárias são excluídas conforme o § 3º do art. 2º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.
7. Para atendimento dos Decretos Legislativo Estadual nº 02 e nº 112, de 20 de março de 2020 e 15 de dezembro de 2020, respectivamente, e do Decreto Estadual nº 658, de 1º de abril de 2020, foi incluído neste Relatório tabelas que demonstram as autorizações e execuções de despesas orçamentárias relacionadas ao enfrentamento da calamidade pública estadual, de repercussão e importância nacional e internacional decorrente de pandemia.
8. Estas informações estão disponíveis na Internet "http://www.sefa.pa.gov.br/" (Contabilidade Geral do Estado – Relatório Resumido da Execução Orçamentária).
- PAULO ROBERTO PAIVA DE OLIVEIRA**
Diretor de Gestão Contábil e Fiscal
De acordo,
LOURIVAL DE BARROS BARBALHO JÚNIOR
Secretário Adjunto do Tesouro de Estado da Fazenda

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A FEVEREIRO 2022 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO									
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e §1º)									
RECEITAS¹	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				R\$ 1.00		
			No Bimestre	% (b/a)	Até o Bimestre	% (c/a)	SALDO		
							(a-c)		
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.796.602.711,00	29.796.602.711,00	6.090.999.530,80	20,44	6.090.999.530,80	20,44	23.705.603.180,20		
RECEITAS CORRENTES	28.746.444.314,00	28.746.444.314,00	6.082.799.651,53	21,16	6.082.799.651,53	21,16	22.663.644.662,47		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.607.570.930,00	13.607.570.930,00	2.973.501.196,82	21,85	2.973.501.196,82	21,85	10.634.069.733,18		
Impostos	12.186.562.521,00	12.186.562.521,00	2.744.351.508,01	22,52	2.744.351.508,01	22,52	9.442.201.012,98		
Taxas	1.421.018.409,00	1.421.018.409,00	229.149.688,81	16,13	229.149.688,81	16,13	1.191.868.720,19		
Contribuição de Melhoria									
CONTRIBUIÇÕES	1.455.885.372,00	1.455.885.372,00	211.260.848,01	14,51	211.260.848,01	14,51	1.244.624.523,99		
Contribuições Sociais	1.455.885.372,00	1.455.885.372,00	211.260.848,01	14,51	211.260.848,01	14,51	1.244.624.523,99		
Contribuições Econômicas									
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional									
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública									
RECEITA PATRIMONIAL	558.410.012,00	558.410.012,00	109.773.606,09	19,66	109.773.606,09	19,66	448.636.405,91		
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	20.634.762,00	20.634.762,00	1.427.987,68	6,92	1.427.987,68	6,92	19.206.774,32		
Valores Mobiliários	519.607.099,00	519.607.099,00	108.058.172,12	20,80	108.058.172,12	20,80	411.548.926,88		
Delegação de Serv. Púb. Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença									
Exploração de Recursos Naturais	17.227.793,00	17.227.793,00	194.808,16	1,13	194.808,16	1,13	17.032.984,84		
Exploração do Patrimônio Intangível									
Cessão de Direitos									
Demais Receitas Patrimoniais	940.358,00	940.358,00	92.638,13		92.638,13		-92.638,13		
RECEITA AGROPECUÁRIA							940.358,00		
RECEITA INDUSTRIAL	15.627.744,00	15.627.744,00	1.999.909,96	12,80	1.999.909,96	12,80	13.627.834,04		
RECEITA DE SERVIÇOS	1.163.321.394,00	1.163.321.394,00	161.240.900,22	13,86	161.240.900,22	13,86	1.002.080.493,78		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	74.216.811,00	74.216.811,00	8.986.908,11	12,11	8.986.908,11	12,11	65.229.902,89		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte									
Serviços e Atividades referentes à Saúde	1.075.362.874,00	1.075.362.874,00	149.604.281,63	13,91	149.604.281,63	13,91	925.758.592,37		
Serviços e Atividades Financeiras									
Outros Serviços	13.741.709,00	13.741.709,00	2.649.710,48	19,28	2.649.710,48	19,28	11.091.998,52		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.740.039.559,00	11.740.039.559,00	2.534.265.848,13	21,59	2.534.265.848,13	21,59	9.205.773.710,87		
Transferências da União e de suas Entidades	10.174.817.400,00	10.174.817.400,00	2.104.915.975,04	20,69	2.104.915.975,04	20,69	8.069.901.424,96		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	435.910,00	435.910,00		0,00		0,00	435.910,00		
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	2.518.000,00	2.518.000,00	109.876,24	4,36	109.876,24	4,36	2.408.123,76		
Transferências de Instituições Privadas	6.876.439,00	6.876.439,00	121.957,30	1,77	121.957,30	1,77	6.754.481,70		
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.551.866.297,00	1.551.866.297,00	428.030.839,89	27,58	428.030.839,89	27,58	1.123.835.457,11		
Transferências do Exterior									
Demais Transferências Correntes	3.525.513,00	3.525.513,00	1.087.199,66	30,84	1.087.199,66	30,84	2.438.313,34		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	205.589.303,00	205.589.303,00	90.757.342,30	44,14	90.757.342,30	44,14	114.831.960,70		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	42.224.449,00	42.224.449,00	731.604,36	1,73	731.604,36	1,73	41.492.844,64		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	35.623.500,00	35.623.500,00	7.881.435,64	22,12	7.881.435,64	22,12	27.742.064,36		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público									
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital									
Demais Receitas Correntes	127.741.354,00	127.741.354,00	82.144.302,30	64,31	82.144.302,30	64,31	45.597.051,70		
RECEITAS DE CAPITAL	1.050.158.397,00	1.050.158.397,00	8.199.879,27	0,78	8.199.879,27	0,78	1.041.958.517,73		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	919.569.515,00	919.569.515,00	4.059.796,50	0,44	4.059.796,50	0,44	915.509.718,50		
Operações de Crédito - Mercado Interno	518.379.785,00	518.379.785,00	4.059.796,50	0,78	4.059.796,50	0,78	514.319.988,50		
Operações de Crédito - Mercado Externo	401.189.730,00	401.189.730,00		0,00		0,00	401.189.730,00		
ALIENAÇÃO DE BENS	14.758.505,00	14.758.505,00	895.411,09	6,07	895.411,09	6,07	13.863.093,91		
Alienação de Bens Móveis	525.000,00	525.000,00	300.800,00	57,30	300.800,00	57,30	224.200,00		
Alienação de Bens Imóveis	14.233.505,00	14.233.505,00	594.611,09	4,18	594.611,09	4,18	13.638.893,91		
Alienação de Bens Intangíveis									
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	7.509.900,00	7.509.900,00	827.402,91	11,02	827.402,91	11,02	6.682.497,09		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	108.320.477,00	108.320.477,00	2.417.268,77	2,23	2.417.268,77	2,23	105.903.208,23		
Transferências da União e de suas Entidades	105.417.467,00	105.417.467,00	2.417.268,77	2,29	2.417.268,77	2,29	103.000.198,23		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	261.081,00	261.081,00		0,00		0,00	261.081,00		
Transferências dos Municípios e de suas Entidades									
Transferências de Instituições Privadas	2.641.929,00	2.641.929,00		0,00		0,00	2.641.929,00		
Transferências de Outras Instituições Públicas									
Transferências do Exterior									
Transferências de Pessoas Físicas									
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados									
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL									
Integralização do Capital Social									
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro									
Resgate de Títulos do Tesouro									
Demais Receitas de Capital									
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.541.096.800,00	1.541.096.800,00	260.544.533,72	16,91	260.544.533,72	16,91	1.280.552.266,28		
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.337.699.511,00	31.337.699.511,00	6.351.544.064,52	20,27	6.351.544.064,52	20,27	24.986.155.446,48		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)									
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00					0,00		
Contratual									
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária									
Contratual									
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	31.337.699.511,00	31.337.699.511,00	6.351.544.064,52	20,27	6.351.544.064,52	20,27	24.986.155.446,48		
DEFICIT (VI)²									
TOTAL COM DEFICIT (VII) = (V + VI)	31.337.699.511,00	31.337.699.511,00	6.351.544.064,52	20,27	6.351.544.064,52	20,27	24.986.155.446,48		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES³		1.880.210.598,48			701.261.934,38				
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		189.343.005,58			186.299.715,83				
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		1.690.867.592,90			514.962.218,55				

NOTAS:
¹ Sistema SIAFEM, Unidade Responsável SEFA / DICONF, Data de emissão 17/Março/2022 e Hora de emissão 10h48min.
² As receitas são informadas pelos valores líquidos das respectivas deduções, tais como: Dedução para o FUNDEB; Restituições de Receitas; e Perdas Apuradas nas Aplicações Financeiras do RPPS.
³ O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa realizada nos cinco primeiros bimestres, e, no último bimestre, pela despesa empenhada.
⁴ Refere-se às receitas arrecadadas em exercícios anteriores não utilizadas (superávit financeiro), sendo que este saldo é utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, para custear despesas orçamentárias executadas no exercício financeiro corrente.